

A INTERFACE ENTRE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: NOTAS CRÍTICAS ACERCA DO CENÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Monique Soares VIEIRA¹
Universidade Federal do Tocantins/UFT
moniquesvieira@hotmail.com

Resumo: *O presente artigo versa sobre a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre/RS e sua interface com a violência de gênero. No ano de 2012, fora realizada uma pesquisa qualitativa que objetivou desvendar a multidimensionalidade da violência sexual infanto-juvenil a partir da percepção que os sujeitos sociais atuantes nas ações de enfrentamento tinham sobre expressão da violência. Nesse sentido, apreendendo a intrínseca relação entre desigualdade de gênero e violência, o estudo pretendeu possibilitar uma reflexão sobre a multiplicidade das determinações implicadas na reprodução da violência sexual, buscando avançar no processo de desocultamento dessa violência e, assim, avançar na construção de estratégias que potencializem a ruptura de concepções machistas e violentas.*

Palavras-Chave: *Crianças e Adolescentes. Gênero. Políticas Públicas. Violência Sexual.*

Abstract: *This article focuses on sexual violence against children and teens in Porto Alegre / RS and its interface with gender violence. In 2012 we conducted a qualitative research that aimed to unravel the multidimensionality of sexual violence against children and youth from the perception that individuals working in the social coping actions*

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PUC/RS.

had on expression of violence. In this sense, apprehend the intrinsic relationship between gender inequality and violence the study intended to enable a reflection on the multiplicity of determinations involved in the reproduction of sexual violence looking forward in the process of unveiling this violence an thus advancing the development of strategies that enhance the breakdown of conceptions sexist and violent.

Keywords: *Children and Teens. Gender. Public Politics. Sexual Violence.*

1 Introdução

Estudos realizados pelo Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), em 2011, revelam que foram notificadas em todo o país 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, e que a maioria das vítimas é do sexo feminino, na faixa etária entre os 10 e 14 anos. A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de *dominação-exploração*, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher. .

No que tange à produção e reprodução de violências no cenário brasileiro, o segmento infanto-juvenil fora alvo histórico de inúmeras violações de direitos, “o adulto em geral independentemente do seu sexo detém poder sobre a criança” (SAFFIOTI, 2007, p. 50). Mas além desta relação de *dominação adulto-criança*, outros fatores contidos no contexto estrutural das sociedades e no modo de produção influem profundamente na incidência de elevados níveis de violência contra crianças e adolescentes no país. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Iamamoto (2009), leva à *radicalização da questão social*, e:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade”. (IAMAMOTO, 2009, p. 123)

No ano de 2012, estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, resultou na elaboração do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” revela que as causas externas² de mortalidade de crianças e adolescentes, nas últimas décadas, vêm aumentando assustadoramente. Se em 1980 representavam 6,7% da totalidade de óbitos nessa faixa etária, em 2010 houve um aumento, elevando a taxa para 26,5%. Os dados apresentados fazem parte de pesquisas realizadas junto ao Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), operacionalizado pela política de saúde no país, ou seja, essas taxas expressam apenas as violências notificadas junto às instituições de saúde, representando apenas uma ínfima parcela das situações de violência que chegam à luz pública.

O medo, a vergonha e a falta de conhecimento para comunicar e acessar os órgãos responsáveis pela atenção a essa questão são apontados como os principais fatores que incidem para a continuidade das violências. No que se refere à violência sexual infanto-juvenil, a histórica invisibilidade sobre

2 De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil”, são considerados como causas naturais, os indicativos de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento. As *causas externas* de acordo com pesquisa remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, dentre esses estão as situações de violência em suas múltiplas expressões.

esse tema encontra-se intrinsecamente interligada a fatores culturais que se estabeleceram ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e da organização da família, densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família.

O grande desafio posto na atualidade às políticas públicas é criar condições objetivas para a materialização de ações integradas que assegurem a proteção integral à infância e a juventude e ampliar a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão. O enfrentamento dessa face tão cruel da violência está diretamente relacionado à compreensão desse fenômeno a partir da historicidade dos seus aspectos socioculturais e das determinações econômicas, que o engendram na dinâmica da sociedade. Requer, portanto, destacar suas múltiplas dimensões, apreendendo-o como uma questão que transpassa as barreiras da família, comumente restringido nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

2 Procedimentos metodológicos

O tipo de pesquisa utilizada foi a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as percepções dos sujeitos pesquisados no que se refere aos desafios para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e as relações sociais que se estabelecem no decorrer do caminho de materialização das ações de enfrentamento. A análise da realidade foi norteada pelo método dialético-crítico a partir de quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação. A coleta de dados, realizada no ano de 2012, utilizou-se da pesquisa documental para análise do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2012) e dos Relatórios Anuais de Acompanhamento às crianças e adolescentes do CREAS. Além disso, realizaram-se entrevistas com aplicação de um formulário que continha perguntas abertas com seis sujeitos, que atuam no processo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em

Porto Alegre (Programa de Proteção à Infância da Secretaria Municipal de Governança Local, Centro de Referência às Vítimas de Violência, Fundação de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente). Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo.

3 O cenário da violência sexual infanto-juvenil em porto alegre: algumas aproximações

Em Porto Alegre, o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes revela uma realidade em que a infância e juventude cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais. Para enfrentar essa violência, é de suma importância apreender o conjunto de suas múltiplas determinações, bem como incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas, imprescindivelmente, na construção de uma nova cultura. Nas reflexões de Yazbek (2009, p. 161), essa cultura deve ser “uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo”.

Os dados sistematizados pela vigilância social, através do setor de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela Fundação de Assistência Social (FASC) em Porto Alegre, evidencia uma significativa diminuição de atendimentos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. No primeiro semestre de 2011, foram atendidas 300 crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual e 113 vítimas de exploração sexual. No primeiro semestre de 2012, estão em atendimento 166 crianças/adolescentes vitimadas pelo abuso sexual e 73 pela exploração sexual. Esses dados representam que houve uma redução de 55,33 % dos casos de abuso sexual e 64,0% das situações de exploração sexual.

A realidade expressa nesses dados evidencia a imensa fratura que acontece entre o momento da denúncia e a chegada da criança e sua família para os órgãos responsáveis pelo

atendimento. O caminho percorrido pela criança e adolescente, vítima de violência sexual, é um caminho longo e com diversos obstáculos a serem superados, principalmente, no que se refere ao processo de revitimização a que as vítimas são expostas, por terem que relatar a violência para diversos sujeitos sociais, ou mesmo, pela saída dessa criança de seu lar, quando esse se apresenta como um risco para sua segurança.

Nas narrativas dos sujeitos entrevistados, apreende-se que a dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Porto Alegre, ganha, no decorrer dos anos, maior visibilidade no espaço social por meio de discussões e elaboração de estratégias para seu enfrentamento. A construção desse *novo olhar* exige a ultrapassagem com a cultura conservadora, fundamentada essencialmente no machismo e no patriarcado, que comumente incide para a naturalização da violência sexual infanto-juvenil, fortemente expressa nas falas dos entrevistados:

Acho que tem a ver com a naturalização, acho que acaba sendo uma proporção muito maior, por causa disso, de ser uma situação muito naturalizada nas comunidades que a gente atende, mas também pelo que eu vejo é um pouco geral assim. (Sujeito D)

[...] de um lado a população deve repensar suas formas de interagir com a infância e de outro lado, o poder público, deve tomar medidas fortes na prevenção e responsabilização. (Sujeito E)

Eu compreendo esse fenômeno um pouco naturalizado, o que é bastante preocupante, tanto de algumas mães que a gente atende, como das próprias crianças, no sentido de muitas vezes não se darem conta que isso não está bem. Para muitas, isso acaba sendo uma coisa do dia-a-dia. (Sujeito A)

Na sociedade contemporânea com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume

não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais. Yamamoto (2009) refere que o predomínio do capital financeiro conduz à banalização do humano e à descartabilidade e indiferença perante o outro. O aumento exacerbado das desigualdades, na sociedade contemporânea, não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas.

Nas famílias em que a violência sexual faz-se presente, segundo Green (1995), não raro existe uma estrutura familiar patriarcal bastante rígida, com funções bem delimitadas, em que a mulher e a criança ocupam um lugar de subalternidade, em que gradativamente existe uma anulação desses como sujeitos. A ausência de criticidade, ou mesmo, de consciência acerca das situações de violência sexual, dificulta o rompimento com o ciclo da violência, legitimando o processo de vitimização das crianças e adolescentes. Contudo, salienta-se que a imposição de valores conservadores no sistema patriarcal, concede legitimidade às formas de violência intrafamiliar, uma vez que cabe ao homem manter o domínio sobre a família, fazendo uso da força, coerção e ameaça. Esse tipo de estrutura familiar tem raiz social e histórica na sociedade brasileira, por isso a busca pela ruptura da violência e construção de uma consciência crítica perde fôlego em uma cultura calcificada por valores machistas:

[...] às vezes a gente tem que puxar algum fiozinho assim, para poder mostrar que talvez aquilo seja uma violência. Porque muitas vezes ali tem a questão da reprodução, que é natural, bem eu sofri isso, e minha filha está sofrendo isso, é normal. (Sujeito F)

A naturalização da violência é decorrente, fundamentalmente, do patriarcalismo em que “existe uma divisão rígida de papéis, em que o homem era designado como o chefe da família e a mulher, sua principal auxiliar, esta em situação de inferioridade jurídica” (MORAES, 2011, p. 501). As afirmativas dos entrevistados que seguem abaixo demonstram a

intrínseca relação entre a cultura patriarcal, a influência religiosa e a reprodução da violência sexual, evidenciando a atualidade desse sistema na sociedade contemporânea:

Eu acho que isso está na sociedade, a complexidade está na sociedade. No tabu, a história, no processo cultural, e também, a gente percebe que os profissionais têm dificuldades de trabalhar, eu tive embates muito sérios com conselheiros tutelares que se negaram a trabalhar situações de exploração sexual porque pertenciam a determinada igreja. (Sujeito A)

A naturalização desse tipo de violência é muito forte, a mídia também ajuda em grande parcela pra isso. Expõe muitas vezes de forma sexualizada a criança, adultiza mesmo. É difícil romper com essa cultura da criança como objeto e assegurar esse sujeito como portador de direitos. Acho, na minha opinião, que a cultura machista, muito forte aqui no estado, contribui muito, para a invisibilidade dessa violência, porque se cria todo aquele mito, a vergonha de denunciar e pedir ajuda. (Sujeito C)

A fala do sujeito A expressa os entraves encontrados para o enfrentamento da exploração sexual devido às questões de caráter religioso de alguns profissionais. Para Magalhães (2005), a influência religiosa nas relações interpessoais está determinada, principalmente, pela moralização sexual dos sujeitos que reforçam tabus e estigmas. Tal posicionamento agrava ainda mais a situação, pois fortalece a cultura do preconceito e da culpabilização das vítimas.

Costa e Pimenta (2006), ao analisarem o fenômeno da violência e suas expressões, apreendem que essa é uma construção social e não fato natural, e, na sociedade atual, a naturalização da violência está intrinsecamente conectada à insensibilidade aos acontecimentos que ultrapassam a esfera do privado ou interesse individual. Outro elemento expresso nas falas dos sujeitos diz

respeito às relações entre adulto e criança, na violência sexual, em especial, há “um processo de completa objetualização da figura da criança” (AZEVEDO et al, 2007, p. 35) derivada conforme Guerra (2009) de uma educação adultocêntrica³. A partir da análise das falas dos entrevistados, apreende-se outro fenômeno que permeia as relações interpessoais adulto-criança que é *vitimização sexual*, analisada por Saffioti (2007, p. 17):

A vitimização sexual constitui fenômeno extremamente disseminado, exatamente, porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar o grande poder. Em não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a síndrome do pequeno poder.

A influência de padrões societários conservadores contribui de forma bastante significativa para a ocultação da violência sexual no âmago da família. Percebe-se isso por meio da seguinte fala de um sujeito “a atuação nesses casos é bem difícil, porque a mãe muitas vezes não reconhece, muitas vezes não adere ao atendimento no CREAS⁴” (Sujeito D). A negação da família sobre o abuso sexual aparece como um obstáculo para o enfrentamento da violência e ao atendimento à criança ou adolescente vítima; nesse sentido, os profissionais buscam diversas estratégias para garantir a proteção e os direitos dessas vítimas.

3 Ler mais em: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. (Org). Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2007.

4 CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

A gente acaba lançando mão, muitas vezes de recursos, tipo relatórios [...], informando o DECA⁵, porque muitos casos envolvem a questão do crime mesmo, por tá levando as meninas para o cabaré [...] muitas acabam vindo através do SASE⁶, as educadoras do SASE atendem e nos encaminham e referenciam a família. Porque eles estão direto com a gurizada [...] às vezes vêm sob a forma de denúncia do Disque 100, mas em geral vêm do SASE. (Sujeito D)

Estamos na coordenação da média complexidade, cada instituição tem uma atuação, o nosso histórico vem através da Ação Rua de Porto Alegre, que é um programa específico e hoje ele tá como uma ação do CREAS. (Sujeito C)

As intervenções profissionais, no contexto da violência sexual, carecem de uma leitura crítica da realidade diante da complexidade do fenômeno. A dinâmica dessa violência, por apresentar múltiplas faces e determinações, requer uma apreensão na perspectiva da totalidade, buscando estratégias e ações para o rompimento da violência e proteção da criança e adolescente. Por isso, a intervenção, em nível estatal, necessita ser protetora e capaz de garantir integralmente a preservação da integridade física, moral e psíquica das vítimas e suas famílias. Referindo-se à percepção da violência sexual, um entrevistado responde:

[...] é complexa, de toda a minha experiência desses anos aponta que é uma temática bastante difícil de trabalhar, tem um aspecto cultural, que envolve esse

5 Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente.

6 Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de todas as regiões da cidade. Além do apoio socioeducativo, garante proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente (SASE, 2012).

tipo de violência, dificultando o atendimento, mas, sobretudo, o rompimento com o silêncio. (Sujeito A)

As falas apresentadas evidenciam que a categoria cultura encontra-se fortemente atrelada à concepção dos sujeitos sobre a violência sexual infanto-juvenil. Chauí (2006, p. 81), ao analisar a cultura, toma a importância de alargar esse conceito, apreendendo no sentido, também, da invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais”. A cultura passa a ser entendida como produção da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho. Além disso, a cultura está presente nas formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, nas relações sociais, em especial, nos sistemas de parentesco ou a estrutura da família, nas relações de poder e na noção de vida e morte (CHAUÍ, 2006).

Nessa direção, uma das grandes armadilhas, para a legitimação da violência sexual contra crianças e adolescentes, situa-se na reprodução de valores conservadores, embasados na dominação da mulher pelo homem e na inferiorização da criança. A construção de ações para o enfrentamento desse fenômeno requer um olhar crítico dos sujeitos sociais que atuam nesse processo. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como, ao mesmo tempo nele se esconde. Aprender o fenômeno é atingir a essência, “sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1976, p. 12).

Não reduzir o fenômeno somente ao âmbito do econômico é imprescindível, uma vez que, nas relações de vitimização sexual, a díade dominação-exploração transcende as determinações econômicas, estando presente em todas as classes sociais. Tal díade é o elo fundador dessa violência, em que as relações de poder incidem diretamente na submissão da criança ao adulto. Tais relações são explicitamente desiguais, de acordo com Saffioti (2007), desenham uma hierarquia entre as categorias

de gênero e faixa etária. A ideologia machista é o principal instrumento para a perpetuação das situações de dominação-exploração, conferindo legitimidade às “relações sociais de gênero altamente assimétricas, consagrando-se a subordinação da mulher ao homem, em que há, no processo de socialização do macho, um certo culto à violência” (SAFFIOTI, 2007, p. 56).

Em três sujeitos entrevistados, quando questionados sobre a dimensão da violência sexual no município, observa-se que esses atribuem ao fenômeno uma significativa preocupação, concedendo a incidência dessa violência como “*séria, muito grande, assustadora*” (Sujeitos C, D e E). Estudo realizado no ano de 2000 pela Secretaria-Geral das Nações Unidas sobre a violência contra as crianças aponta que: “1.8 milhões estavam envolvidas na exploração sexual comercial e pornografia e 1.2 milhões foram vítimas de tráfico no ano 2000” (UNICEF, 2012, s/n). Esses dados demonstram que a violência sexual infanto-juvenil é um fenômeno transversal e sua produção e reprodução acontece em todas as sociedades, países e cidades, não se restringindo somente ao núcleo familiar, espalhando-se também a outras relações sociais. Azevedo e Guerra (2007, p. 43) referem que “já há suficiente evidência empírica para apoiar a afirmação de que não há nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social que esteja imune a sua ocorrência”.

A visibilidade sobre a incidência dessa expressão da violência contra crianças e adolescentes sinaliza um grande avanço para a construção de estratégias capazes de inibir a reprodução dessa nas relações interpessoais. Recoberta por tabus, a violência sexual historicamente situou-se às margens das discussões da academia e de ações no âmbito estatal. O desvendamento dos meandros dessa violência e o reconhecimento social de sua existência na sociedade contribuem para a construção de políticas públicas protetoras à infância e juventude. A violência sexual infanto-juvenil, por ser um fenômeno complexo, deve ser apreendida sob o prisma da multidimensionalidade e como uma grave violação aos direitos humanos universais. O grande desafio posto na atualidade às políticas públicas é criar condições objetivas para a materialização de ações integradas que

assegurem a proteção integral à infância e juventude e ampliar a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão.

4 Considerações finais

A violência sexual é a face oculta e banalizada da violência, uma vez que atinge sujeitos, que, na sua grande maioria, não conseguem verbalizar suas apreensões, seus sofrimentos, revelando assim as situações que violam seus direitos e degradam a condição humana. Por ser um fenômeno complexo com raízes macroestruturais, existe dificuldade na abordagem e apreensão do ponto de vista conceitual, uma vez que tal expressão da violência incide nas relações sociais, culturais e políticas. No entanto, é imprescindível que a apreensão da violência sexual busque a complexidade de suas multideterminações, uma vez que a construção das estratégias, para seu enfrentamento encontram-se fundamentalmente atreladas à concepção que norteia os sujeitos responsáveis pela formulação e execução das ações.

A complexidade que envolve a apreensão desse fenômeno exige uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, para a formulação das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência sexual. A articulação entre as ações setoriais para o enfrentamento do fenômeno é o caminho para a construção de estratégias capazes de garantir a plenitude dos direitos da infância e juventude no país. O desenho de uma política integrada é um árduo caminho que deve envolver, nesse movimento, a participação ativa do Estado, da sociedade civil e, sobretudo, do segmento social a quem ela se destina – crianças e adolescentes –, na busca pela defesa dos direitos e pela responsabilização dos indivíduos que cometem os crimes sexuais.

Analisar a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual requer uma análise crítica dos aspectos históricos, sociais e culturais que permeiam o acometimento dessa violência na sociedade. Nesse sentido, torna-se imprescindível apreender as múltiplas dimensões que esse fenômeno assume na contemporaneidade a partir da perspectiva de totalidade, no

sentido de desvincular-se de apreensões reducionistas e acrílicas acerca dessa violação de direitos. Construir um debate crítico em torno das questões que envolvem a violência sexual é buscar novas alternativas de prevenção e proteção para as crianças e adolescentes.

Os sujeitos pesquisados revelam, em suas falas, relativo dissenso sobre o entendimento acerca da violência sexual. A dificuldade em conceituar e apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciada pelos sujeitos sociais que atuam diretamente no seu enfrentamento, advém da predominância histórica de uma cultura moralizadora da sociedade, que calcifica o movimento da realidade em valores conservadores, não considerando a dinâmica social dos fenômenos.

Embora não exista um consenso sobre o entendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes, entre os seis sujeitos entrevistados, categorias, muitas delas importantes para o debate sobre esse fenômeno, emergiram nas narrativas analisadas: dominação, culpabilização, naturalização, transversalidade e objetalização da criança e do adolescente. As apreensões dos entrevistados conduzem à construção de uma nova percepção dessa violência nas ações de enfrentamento, pois existe um abandono da linearidade, em que se cria uma perspectiva unívoca, fechada para o movimento do real e das transformações que acontecem na sociedade seja em nível cultural, social, histórico ou econômico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do Pequeno Poder**. 2. ed. São Paulo: IGLU, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso em duas falas**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COSTA, Márcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

FASC. Fundação de Assistência Social. **Relatórios do Monitoramento e Avaliação. Atendimentos nos CREAS, 2011-2012.**

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: A tragédia revisitada.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GREEN, Arthur. Abuso Sexual Infantil e Incesto. In: LEWIS, Melvin (Org). **Tratado de Psiquiatria da infância e adolescência.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.


MAGALHÃES, Ana Paula. **Abuso sexual incestuoso: Um tema centrado na criança e na família.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.

MORAES, Maria Lygia Q. A nova família e a ordem jurídica. **Cad. Pagu**, n. 37, Campinas, jul./dez. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. (Org). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 2007.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS E INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

UNICEF. **Violência contra as crianças.** Disponível em: <http://www.unicef.pt/pagina_estudo_violencia.php>. Acesso em: 12 set. 2012.



VIVARTA, Veet. **O grito dos inocentes:** Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

WASELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012:** Crianças e Adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA e FLACSO Brasil, 2012.

YAZBEK, Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/CRESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009.